

## Crônicas da UATI - entre tradições e contradições

*Cinthia Lucia de Oliveira Siqueira*

*Quando nada acontece,  
há um milagre que não estamos vendo*  
(Guimarães Rosa)

**E**ra início de 2019 e aconteceu durante uma aula de literatura na UATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) em que eu lecionava. Terminávamos o processo de publicação do livro “Contos e mitos poéticos” – sobre o qual havíamos trabalhado no semestre anterior. Reservei a primeira aula para conversar



com as alunas a respeito do que estudaríamos na sequência. Elas pouco se pronunciaram, queriam ouvir o que eu propunha. Comentei que poderíamos nos enveredar por um tema específico e, a partir daí, selecionar obras, escolher certo gênero de escrita, ou ainda algum(a) autor/autora. Lancei a ideia de mergulharmos em histórias de assombração – contos e/ou crenças populares que permeiam nosso imaginário – não se animaram. Fizeram outras sugestões – clássicos como Shakespeare, eventos como o “das torres gêmeas”, “da ditadura militar”. Induzi que enveredássemos por temas/personagens nacionais, para conhecer mais de nossa cultura – a partir daí, o grupo propôs - regiões do Brasil, viagens, turismo, musicalidade brasileira, artistas, negros, escravidão.

Guardei os temas e, em aula seguinte, levei a proposta de estudarmos vida e obra de Chiquinha Gonzaga - escolhi a musicista por sua contribuição nacional, militância feminista, luta contra o racismo e tantas outras questões que julguei fundamentais ao grupo de mulheres – as quais, de acordo com meu “pré-conceito”, haviam sido vítimas de uma educação moralista e castradora. Minha inclinação era o questionamento do lugar feminino em nossa sociedade e o vislumbre de certas irreverências.

Assistimos a um documentário que demandou duas aulas. Distribuí textos sobre episódios marcantes da vida da artista, ouvimos músicas da mesma, conhecemos

acontecimentos que revelavam seus atrevimentos e experimentamos aproximações com a vivência de cada aluna. Algumas se posicionaram. As de menos idade, expuseram indignação com as injustiças de outrora que continuam praticadas até hoje; as de mais idade, mostraram-se escandalizadas com as ousadias de Chiquinha – como o casamento com um rapaz bem mais novo, as sucessivas separações e o distanciamento das filhas.

Poderíamos depreender daqui uma série de discussões acerca de valores geracionais, movimento feminista, questões de gênero, dentre outras, no entanto, o que me solicita maior atenção é que, apesar de ter ocorrido debates e posicionamentos, não houve conflito de ideias, notava-se uma postura confortável (ainda que plural) das percepções das estudantes acerca de Chiquinha e do papel feminino em nossa sociedade. A atividade foi insuficiente – ou ineficiente - para provocar desestabilidades.

A participação das estudantes foi mansa e pacífica. Muitas delas inclusive mostraram-se aparentemente indiferentes ao tema. Nenhum frisson ou alvoroço - não se interessavam. Talvez porque a maioria se encontra viúva e os infortúnios de possíveis machismos sofridos já não lhes incomoda mais, ou porque não lhes emociona tanto alcançar um lugar de prestígio no trabalho, ou na sociedade. Suposições!

Sobre isso, Adriano da Silva Rozendo (2014), Maria das Graças Melo Fernandes e Loreley Gomes Garcia (2010), comentam que, apesar de algumas idosas terem passado sua vida adulta como mães e esposas responsáveis pelo marido e pelos filhos, não vivem a velhice com ressentimentos, justamente porque, neste período da vida, gozam de uma liberdade e autonomia que não tiveram anteriormente.

Em pesquisa realizada por Rozendo (2014) ele identificou que “a família e o casamento, tão citados (assim como o trabalho) como um empecilho às realizações mundanas da juventude e idade adulta, sempre foram compreendidos como condições indissolúveis na cultura dos longevos entrevistados” (p. 196). De modo semelhante, Fernandes e Garcia (2010) apontam que, mesmo diante de um matrimônio que pudesse causar extremo mal estar e/ou condições insalubres, as mulheres não abandonavam o casamento - suportavam-no até a morte do cônjuge.

Os trabalhos apontam que, de um modo geral, pessoas idosas não costumam questionar o que poderia ser diferente, acolhem a condição como desígnio. No lugar de queixarem-se sobre o vivido, renunciam ao passado e escolhem desfrutar novas possibilidades acompanhadas de um sentimento de liberdade e bem estar.

Foi esta a sensação que Mafalda, uma das estudantes, me confidenciou ao final de uma aula. Disse que conviveu com um marido alcoolista e violento durante toda a vida. Em determinado momento, assinou o divórcio porque queria “limpar” seu nome civilmente, ainda assim, eles continuaram a viver juntos, pois era ela quem sustentava a ele e à família. Segundo Mafalda, ele não teria para onde ir e ela sentia-se moralmente responsável pelo pai de suas filhas. Há dois anos ele havia falecido, para ela - um alívio – agora sentia que começava a viver e preferia esquecer o passado.

Como Mafalda, acredito que outras podem ter vivenciado experiências dolentes, mas não pareciam dispostas a revivê-las, não no espaço da UATI.

Ainda assim, eu insisti na proposta inicial e, certo dia, na intenção de “agitar” a sala, iniciei a aula com uma proposta de composição textual. Pretendia que elas escrevessem, em compasso de versos, sobre os preconceitos que vivenciaram na condição de mulheres – não precisariam se identificar. Depois, trocaríamos os escritos e uma colega continuaria o poema com outro verso, que completasse ou afrontasse o primeiro. Ao final, leríamos os textos.

Quis enfatizar que a intenção da atividade era um movimento de conceitos/ideias e enquanto esclarecia isso a elas escrevi (bem grande na lousa) a palavra IDEIA.

\_Está faltando o acento agudo professora...

“Bem dita” frase – disparou a sirene da “desordem”.

Expliquei que o vocábulo “ideia” foi um dos que sofreu alteração a partir do novo acordo ortográfico - obrigatório desde 2016 no Brasil. Tal assunto bagunçou a aula por completo – trovejou questionamento, embate, discussão. Muitas quiseram falar sobre o que concordavam ou discordavam. Surgiu a polêmica do binômio estória/história, que nem faz parte do acordo, mas entrou na conversa.

Uma delas comentou que o atual acordo já era o terceiro pelo qual passava. Relatou que na época em que foi alfabetizada escrevia-se açúcar com “ss” – “assúcar”, conforme grafado nos cadernos de culinária de sua mãe. Seu envolvimento em narrar tal situação foi tamanho que a estudante, costumeiramente silenciosa, saiu de sua carteira e seguiu impetuosa até a frente da sala apresentando as diferenças de grafia de outrora.

Outras se erguiam e descreviam empolgadas as “peripécias” da língua antiga. Seguimos falando sobre a relevância do acordo e também as resistências para sua implantação, desviamos para a discussão sobre a vivacidade e a singularidade da língua falada, suas particularidades culturais, depois nos demoramos no assunto do preconceito linguístico. Adentramos em reflexões sobre as práticas pedagógicas do ensino da língua portuguesa. Muitas delas, professoras aposentadas, relataram que, desde a época em que se formaram no antigo “curso normal”, a discussão sobre a aceitação das variações linguísticas já estava posta.

Ao final da aula me solicitaram, em uníssono, que estudássemos o novo acordo, porque entendiam ser de grande valor aprenderem as novas regras – para escreverem melhor, atualizarem-se, acompanharem o trânsito da sociedade letrada.

Estudar a gramática atual foi mais pungente do que refletir o papel da mulher ontem e hoje. Estão na Universidade - espaço privilegiado de saberes e conhecimentos sistematizados – querem apreender o que usualmente se aprende na escola.

Quando propus estudarmos a questão feminina pressupus uma demanda do grupo que não necessariamente era real, parti do estereótipo de mulheres vítimas e/ou

desgostosas do machismo típico de tempos anteriores. Vítimas talvez, desgostosas, não sei. O fato é que as aprisionei em uma escultura de mulheres idosas desejosas de livramentos. Não parti de um clamor do grupo, mas pessoal. Quis debater um tema que julguei relevante àquela idade, àquelas mulheres, que, no caso, foi o feminismo, mas poderia ter sido o corpo da mulher idosa, o estatuto da pessoa idosa, cuidados com a saúde, acessibilidade, respeito às pessoas mais velhas, dentre tantos outros títulos transversais à velhice feminina.

Tal feito me remete a uma observação que um amigo me fez logo no início de minha estreia como professora da UATI. Comentei com ele que pensava em partilhar com as alunas uma música do Arnaldo Antunes – “Envelhecer”. Sem precisar conhecer a música, o amigo me perguntou o porquê de eu tematizar a velhice com as idosas. E não é que ele sabia das coisas? Só que, de início, não compreendi o vício do qual ele tentava me poupar. Sugeriu que eu me enveredasse por poesia, crônicas e contos diversos e desceu livros e livros de sua prateleira pessoal. Folheei alguns, anotei referências e acolhi a sugestão; porém, anos depois, retrocedi à ideia de discutir a condição (desvantajosa) das estudantes.

De maneira semelhante aos achados dos trabalhos analisados por Vanessa de Sousa, Renata Pamplona e Eliana Fixina (2016), eu perseguia certos objetivos comumente associados às UATIs – “rever os estereótipos e preconceitos associados ao envelhecimento, estimular a autoestima, o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a auto expressão e a reinserção social em busca de um envelhecimento bem-sucedido” (p. 1).

O descaso das estudantes com a Chiquinha demonstra que elas não estavam tão interessadas em questionar a condição da velhice feminina, não se entusiasmaram em contestar a mulher que foram e/ou poderiam ser – diferente disto, queriam escrever melhor. Desejavam fazer uso da linguagem - elemento de nossa cultura – conforme o uso que a sociedade faz dela.

Suely Amaral Mello e Andreia Lugle (2014) ao discorrerem sobre as implicações pedagógicas da teoria histórico cultural consideram a escola “como meio organizado para o desenvolvimento do aluno que visa à formação do conhecimento científico, superando o conhecimento cotidiano” (p. 265). Segundo as autoras a escola é um elemento chave dos processos de humanização, justamente porque permite saltar dos conhecimentos e conceitos cotidianos para outra esfera da atividade humana, mais elaborada – “a educação faz parte dessa esfera, está ligada à produção humana do não cotidiano: a produção da humanização nas novas gerações” (p. 266) – o que dará condições às pessoas de protagonizarem sua social existência.

No caso da língua portuguesa e/ou literatura, que foi nosso caso, concordamos com Silvia Colello (2007) a qual entende que apropriar-se e fazer uso da escrita implica tanto no trabalho aberto e criativo de expressão linguística como na apreensão de um sistema fechado de normas e regras que propiciam a circulação no universo letrado e permitem estar em relação com outras pessoas, entrar na corrente comunicativa, em um processo de construção da personalidade e da cultura.

Através da escrita, as alunas exercem práticas sociais – histórica e culturalmente constituídas. Ao solicitarem o estudo das novas regras ortográficas, elas avançam no tempo, atualizam-se, colocam-se em devir. Escrevem e inscrevem-se no cotidiano.

Entendemos que os deslocamentos sociais, dentre eles, as questões de gênero, são bem vindos e essenciais a todo processo educativo, bem como tópicos que contemplem dimensões singulares do envelhecer. No entanto, tal episódio me fez pensar que é necessário prudência para resistir à forte e contaminada tendência à abordagem de temas como saúde, cidadania e autonomia, especialmente quando se trata de idosos – porque há uma premissa de carência/necessidade por trás da pretensa boa intenção.

Quando visitamos trabalhos que discorrem sobre os objetivos das UATIs, são recorrentes as expressões como: envelhecimento bem-sucedido, resgate da cidadania, reinserção social, realização pessoal, redefinição da imagem do idoso, despertar da consciência para um envelhecimento saudável, melhora na qualidade de vida. Bordões tão discursivamente desgastados e esvaziados que se tornam aliados, um tanto disfarçados, de estereótipos negativos comumente atribuídos ao envelhecer.

Acreditamos ser esse um aspecto que merece maior atenção e estudo para não deslizarmos na tentação de compreender a UATI enquanto uma nave espacial disposta a abduzir a pessoa idosa de uma suposta condição adversa. Por trás do enunciado da potencialidade, parece haver sempre a ideia de precariedade. Ao lado do educador há a exaltação ao salvador - o que nos incentiva a questionar os objetivos das universidades abertas e o papel do professor nestas instituições – que não precisa ser apenas o repensar da existência passada, mas o existir em si.

Ao refletir sobre as concepções que permeiam a ação pedagógica junto às idosas entendemos ser necessário atentar-se ao quanto ela está marcada pelo clichê da remissão de possíveis desventuras (presentes e/ou passadas) vividas pelas idosas – as quais não necessariamente estão ali somente a isso. Neste sentido, parece relevante que a educação de pessoas idosas em espaços não formais esteja sempre em construção e reflexão, especialmente porque, no caso das UATIs, que não possuem um programa e/ou currículo específico, o caráter subjetivo das escolhas é acentuado. Livre das exigências de desempenho, competência e tecnologiação, comuns à educação formal, o que ensinar?

Interessante que aprender as regras ortográficas pode parecer ir à contramão desta informalidade. Percebemos, no entanto, que, de mãos dadas ao formato das normas, há a possibilidade do abraço às ideias, à expressão – senha para o bem escrever e, a partir daí, cria-se à vontade. Isso porque, entendemos a escrita como exercício de porvir e, para escrever, é preciso dominar a ortografia - ela é o código de acesso à significação das letras.

No exemplo que trouxemos, o desconhecimento da nova ortografia da língua portuguesa – instrumento historicamente, culturalmente e socialmente constituído – impulsionou a um desafio para além de conhecimentos já consolidados, em que as aprendizes precisaram assumir a condição de protagonistas. E, de acordo com Mello e Lugle (2014) “se uma ação afeta o aprendente, “constituindo-se numa atividade que

amplia seu acesso à cultura e promove sua aprendizagem [...] então é desenvolvente” (p. 271).

Apesar desta análise, confesso que a relutância das estudantes a um posicionamento político (como o feminismo) e a aderência a aspectos escolares mais formais (como as regras gramaticais) colocam-me em tumulto diante de meu papel enquanto educadora de pessoas idosas. Isso porque vivo em uma realidade diversa, sou de outra geração e questões que me assolam de uma forma as arrebatam de outra.

Não quiseram falar sobre o feminismo, desviaram-se das questões sobre o papel da mulher na sociedade, sobre as opressões vividas, as lutas travadas e os direitos conquistados. Apoiam-se em valores diversos dos meus e querem se livrar destes aborrecimentos, porque a elas parece não interessar mais resgatar ou refazer essa parte de suas histórias.

A elas não, às suas (e aos seus) descendentes, talvez. São mães, avós; têm filhas e filhos que herdarão os embates sociais por elas vividos. Deveriam engajar-se politicamente nessas reflexões a fim de garantirem dias mais ilimitados a quem veio depois e a quem ainda virá? Seria essa uma tarefa pedagógica junto às idosas – atuar criticamente no processo de socialização das mesmas?

Parece sensato que sim, porém, na situação vivida com elas, acatei o desejo da esquiva. Talvez porque nos limites de minha ação – tanto aqueles impostos pela própria instituição, como outros decorrentes de minha constituição – não consegui encontrar estratégias que as atraíssem ao tema. Até porque, o pensamento que me ronda, por vezes, é o de que seria preciso refazer toda a história dessas mulheres para que elas se empenhassem no propósito de alterar seus posicionamentos frente às opressões que viveram. Aprenderam a não questionar e, reviver amarguras, pode representar a recuperação de uma dor para a qual já criaram sólidos mecanismos de defesa.

São mulheres que, em sua maioria, graças ao trabalho do marido, tiveram uma boa condição financeira. Muitas atuaram como professoras, mas comentam que não dependiam apenas desse salário para sobreviverem. Algumas referem terem sido submissas aos maridos e, diante do descaso que apresentam às minhas provocações, parece que não construíram uma história de enfrentamento a essas e outras questões.

Em conversas informais sobre a educação que tiveram, escutei que a maior parte das estudantes, quando adolescentes, estudou no mesmo colégio religioso - de rígida disciplina. Por meio de bem humorada lembrança referem que não gostavam dos excessos das “irmãs” e, vez ou outra, transgrediam, por outro lado, valorizam a educação que tiveram e pensam que as “puxadas de orelha” foram importantes e necessárias para a formação da boa mulher em que elas se reconhecem.

Tal contexto me remete a uma citação de Simone de Beauvoir (1990) em que ela ressalta que para que um homem (ou uma mulher) continuasse sendo um/a homem/mulher em sua velhice seria necessário que fossem sempre tratadas/os como tal, o que, segundo a autora, não ocorre. Nos anos 70, a autora apontava as precárias condições de trabalho a que a sociedade estava (e ainda está) submetida, o que

culminava em uma condição de velhice que ela julgava escandalosa. Porém, acreditamos que a mesma reflexão se aplica às mulheres que sofreram (e continuam sofrendo) privação de independência por sua condição feminina.

E aqui me encontro diante de um paradoxo - se por um lado defendemos o vislumbre de movimentos nas idosas os quais sinalizam mudanças e reposicionamentos, de outro, percebemos insistências que escancaram o peso da tradição, das estruturas condensadas, que tornam o terreno da velhice mais compactado – seriam resistências ideológicas ou linhas de fuga necessárias à sobrevivência psicológica dessas mulheres? Ponderamos que ambos.

Diante deste dilema, a teoria de Lev Vygotski (1932-1934/1995a) nos ampara. Para este autor, ao lado das crises e dos pontos de viragem radicais que ocorrem em determinados períodos na vida e que ocasionam uma mudança por completo na personalidade, há também as mudanças mais sutis, discretas transformações que não observamos em curto espaço de tempo, mas que estão lá, acontecendo e que, de surpresa, no meio do dia, tocam a campainha.

Creio que as reflexões suscitadas nas aulas de teatro e literatura em que leciono na UATI devagar movimentam e autorizam o livre posicionamento de algumas, por outro lado, amedrontam a outras, assustam a mim também. Estamos todas à mercê do mecanismo controlador inerente à instituição e qualquer movimento contrário pede cautela, sensatez e estratégia, para que o essencial não desmorone.

Tensionado, vez ou outra o cordão afrouxa e permite nova laçada, outras tantas, se esgarça em qualquer intenção de empuxo. Tento instigá-las no sentido de uma organização entre elas que crie e garanta um espaço de diálogo, afinal, é por elas e para elas que a UATI existe. Há limites para essas práticas sociais dentro da instituição e os vislumbres da necessidade e da possibilidade de “esticar a corda” vêm e vão.

Tais vivências despertam para um constante repensar da ação pedagógica voltada a pessoas idosas. Se por um lado há um movimento das estudantes por novos modos de ser e pensar, há também o apego aos costumes que nos localizam em contraditórias (mas reconfortantes) constâncias. A mesma professora que pensa desestabilizar, assente permanecer.

Como lembra Hannah Arendt (1996), o conservadorismo faz parte da essência da atividade educacional, “cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo” (p. 242). A autora adverte, no entanto, que tal pensamento é válido apenas nas relações entre adultos e crianças e não no âmbito da política, onde agimos em meio a adultos e com iguais. Isso porque ela acredita que tal atitude conservadora que aceita o mundo como ele é, “não pode senão levar à destruição, visto que o mundo, tanto no todo como em parte, é irrevogavelmente fadado à ruína pelo tempo, a menos que existam seres humanos determinados a intervir, a alterar, a criar aquilo que é novo” (p. 242).

Estaria eu abrigando e protegendo as idosas do novo e o novo das idosas? Estaria eu me abstendo de uma ação político-pedagógica? Essa postura diria de meu posicionamento no mundo e de minha subordinação ao instituído? Possivelmente sim, afinal, misturada à professora há a mulher, a estudante, a aprendiz que compreende a necessidade de novas práticas sociais nas idosas, mas também aceita os limites que a própria condição e momento impõem a elas e a mim. Há barreiras institucionais para esse trabalho além de bordas emocionais (delas e minhas) que prefiro respeitar.

A educação na velhice pode ser mais do que a oferta de um grato e feliz viver, mesmo porque, tal restrição subestimaria a potencial contribuição das pessoas mais velhas às mais novas. Se a vida se refaz por toda a existência, romper certas tradições em prol de uma próxima geração mais livre parece ser um esforço válido à gerontologia educacional. Para tanto, “contrariamente ao que aconselham os moralistas, é preciso desejar conservar, na última idade, paixões fortes o bastante para evitar que façamos um retorno sobre nós mesmos” (BEAUVOIR, 1990, p. 661).

Apesar das estudantes não aparentarem mudanças significativas em seus posicionamentos, muito menos disposição para refletirem sobre certas questões, sabemos que instabilidades internas não podem ser vistas a “olhos nus” – impossível capturá-las por completo. E, porque acredito em sua ponderada existência, continuarei me empenhando com o devido zelo para que, ao lado da instabilidade, o belo e descansado viver da velhice não seja agredido.

Para finalizar, apresento minha mãe.

Aposentada da profissão de assistente social, graduou-se aos 70 anos de idade em terapia corporal. Por convite de uma amiga, inscreveu-se no curso para fazer-lhe companhia e gostou. Conheceu melhor sobre o corpo humano, os pontos de energia e os meridianos, aprendeu massagem, cromoterapia, *Reik*, mocha, uso medicinal dos florais, acupuntura e tantas outras técnicas. Hoje, aos 74 anos, recebe pessoas em seu pequeno apartamento para oferecer-lhes melhora. Há um quarto preparado para o tratamento - onde luzes coloridas com cheiro de óleo fitoterápico bailam ao som de *Abba Instrumental*. Ao final da sessão mamãe serve chá, torrada com patê, prosa e riso – sentada na mesa da copa, de seu apartamento em Guarulhos, de onde nascem pés de abacate, ameixa e tomate.

Penso que mamãe também não se interessaria em discutir a condição da mulher, do machismo e de tantas outras vivências que eu presenciei e sei – a violentaram no passado. Hoje, como as mulheres da UATI, ela se solta para experimentar vivências que não vislumbrou no ontem e que a colocam em movimento prospectivo. Permite-se levar por aquilo que “abre e revela alguma coisa, que aumenta a potência do viver no aparentemente simples do cotidiano” (OLIVEIRA, 2018, p. 73).

Vive de modo incorrigível, distraída de coisas mais importantes, tal qual Guimarães Rosa nos inspira.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- COLELLO, Silvia de Mattos Gasparian. Construção do Conhecimento no Ensino da Língua Escrita: da Teoria à Prática. *Revista Internacional d'Humanitats*, n.13, p. 25-30, 2007.
- FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O Sentido da Velhice para Homens e Mulheres Idosos. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.19, n.4, pp. 771-783, 2010.
- MELLO, Suely Amaral; LUGLE, Andreia Maria Cavaminami. Formação de professores: implicações pedagógicas da teoria histórico-cultural. *Revista Contrapontos*, v. 14, n. 2, mai./ago, 2014.
- OLIVEIRA, Claudia Soares de. *Velhices e envelhecimento: potências do cuidado tecido nas dobras e redobras do bordado*. 2018. 153f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.
- PEREIRA, Ana Alice da Silva; COUTO, Vilma Valéria Dias; COMIN, Fabio Scorsolini-Comin. Motivações de idosos para participação no programa universidade aberta à terceira idade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 207-2-17, dez. 2015.
- ROSA, João Guimarães. *Primeiras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROZENDO, Adriano da Silva. *Protagonismo político e social na velhice*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.
- SOUSA, Vanessa Celinaide Pereira; PAMPLONA, Renata Brito; FIXINA, Eliana Barreto. Universidade aberta à terceira idade (UNATI): influência sobre o envelhecimento e qualidade de vida. In: Congresso nacional de envelhecimento humano. *Anais*. Fortaleza, v. 1, 2016.
- VYGOTSKI, Lev Semionovitch. El problema de la edad. In: VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas IV - Psicología infantil*. Madrid: Visor, 1932-1934/1995, p. 251-273.

*Data de recebimento: 22/02/2023; Data de aceite: 22/02/2023*

---

**Cynthia Lucia de Oliveira Siqueira** - Mestre em Educação e Doutora em Psicologia pela Unesp/Assis. Docente na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) e professora de literatura e teatro na UATI desta mesma instituição. Autora do livro *Envelhecimento Artivo* (Portal Edições, 2021)<sup>1</sup>. E- mail: cinthialucia2702@gmail.com

---

<sup>1</sup> Ver <https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/novo/produto/envelhecimento-artivo/>